

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**  
**Período de Análise: 01/11/2015 a 30/11/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Segurança alimentar é tema de conferência.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/11/2015 .....	4
<b>FAO iniciará novo censo global da agricultura em 2016</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 03/11/2015 .....	4
<b>Promoção da alimentação saudável é desafio para o Brasil</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/11/2015.....	5
<b>Governo e sociedade civil debatem formas para fortalecer agricultura familiar e garantir soberania alimentar</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/11/2015 .....	6
<b>Cesta básica apresenta elevação em Brasília</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 04/11/2015 .....	7
<b>O Brasil é terceiro maior produtor de frutas do mundo, mas menos de 25% da população ingere a quantidade diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS)</b> – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 06/11/2015	8
<b>Índice de preços de alimentos da FAO voltou a subir em outubro.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 06/11/2015 .....	9
<b>RONDÔNIA: preços do PAA serão unificados</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 09/11/2015 .....	9
<b>Combate à fome entre países de língua portuguesa é tema de debate</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/11/2015.....	10
<b>Governo federal compra sementes de milho e feijão da agricultura familiar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/11/2015.....	11
<b>Protagonistas na produção de alimentos.</b> Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 13/11/2015 .....	11
<b>“Com a produção de hortaliças, até a nossa expectativa de vida mudou”</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/11/2015.....	13
<b>Assentados fornecem 45% dos alimentos em escolas, hospitais e asilos de Petrolina (PE) em 2015</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2015.....	14
<b>Estudos da ONU destacam compras públicas de alimentos no Brasil</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/11/2015.....	15
<b>Mais alimentos quilombolas para o SUS gaúcho</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2015 .....	16
<b>Distrito Federal incentiva a alimentação saudável</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/11/2015 .....	17
<b>Assessor da CNA é professor em Curso sobre Agricultura Sustentável como fator de segurança alimentar</b> – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/11/2015.....	18

**“Não teríamos saído do Mapa da Fome sem o trabalho da assistência social”** – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/11/2015..... 18

**Comunidades quilombolas gaúchas vão fornecer 146 toneladas de alimentos a grupo hospitalar** – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015 ..... 19

## **Segurança alimentar é tema de conferência. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/11/2015**

*MMA debaterá o tema plantas alimentícias não convencionais e plantas medicinais*

Nesta terça-feira (03/11), começa em Brasília a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. O evento faz parte das iniciativas do governo para atingir as metas de erradicação da extrema pobreza no País. Segue até sexta-feira (06/11), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com a participação de 2 mil convidados.

Com 11 delegados inscritos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promove uma atividade para debater o tema “Biodiversidade para alimentação e nutrição”. Será realizada em parceria com a Universidade Federal de Goiás, por meio do projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição, conhecido como BFN, que é coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA. Será na quarta-feira (4/11), das 18h30 às 20h30, e estará aberta para a participação do público com geral.

Os objetivos são:

- Promover a experimentação sensorial (cor, odor, sabor e textura) de alimentos do Cerrado;
- Discutir possibilidades de uso na culinária cotidiana de alimentos do Cerrado como Baru, Buriti, Cagaita, Mangaba, Murici e Pequi; e
- Discutir o papel da biodiversidade na alimentação e nutrição.

### **REPRESENTAÇÃO**

Todos os Estados serão representados na 5ª Conferência, respeitando a diversidade e a pluralidade do País. Dois terços da delegação serão formados por representantes da sociedade civil, indígenas, quilombolas, população negra, povos de terreiro, além de outros povos e comunidades tradicionais e a população em geral. O evento contará com a presença de governadores, ministros de Estado, parlamentares e observadores, além de convidados nacionais e internacionais.

A Conferência é uma realização da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

---

## **FAO iniciará novo censo global da agricultura em 2016 – Valor Econômico, Agronegócios. 03/11/2015**

A FAO, a Agência para Agricultura e Alimentação da ONU, irá iniciar uma nova rodada global em 2016 para o novo censo agrícola. A entidade recolherá informações e estatísticas sobre o setor para formar o levantamento, conduzido a cada dez anos.

“Os censos são cruciais para que os governos implementem políticas baseadas em dados, de forma a fomentar o acesso a terras, melhorar a segurança alimentar e reduzir

os impactos ambientais por parte de atividades agrícolas”, disse a FAO. O levantamento também ajuda o setor privado a tomar decisões de investimentos no setor.

O último censo cobriu 135 países, um número recorde para a FAO.

(Dow Jones Newwires)

---

### **Promoção da alimentação saudável é desafio para o Brasil – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/11/2015**

Sociedade civil e governo discutem aperfeiçoamento das políticas públicas durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que começa nesta terça-feira (3).

O Brasil tem uma trajetória vitoriosa nas políticas de segurança alimentar e nutricional. Em 2014, o país saiu do Mapa Mundial da Fome, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), graças a políticas que garantiram à população mais renda e maior acesso a alimentos.

Para aperfeiçoar essas políticas públicas e aprofundar o debate sobre os desafios, como a promoção da alimentação saudável e o combate à obesidade, sociedade civil e governo participam, entre terça (3) e sexta-feira (6), da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Com o tema Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar, o encontro vai reunir 2 mil pessoas em Brasília. A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participa da abertura do evento nesta terça-feira (3), às 17h, no Centro de convenções Ulysses Guimarães.

Todos os estados estão representados na conferência. Dois terços da delegação serão formados por representantes da sociedade civil, indígenas, quilombolas, população negra, defesa do consumidor, militantes das áreas de saúde, educação, acadêmicos e movimentos urbanos. Além disso, governadores, ministros, parlamentares e delegações internacionais participam do encontro.

Segundo a ministra Tereza Campello, a conferência é oportunidade para o país dar um salto ainda maior na agenda de segurança alimentar e nutricional. “O Brasil avançou muito, mas ainda há muito a fazer. Não podemos descansar enquanto houver um brasileiro em situação de insegurança alimentar. Precisamos avançar e ampliar o acesso à alimentação saudável e avançar também no desenvolvimento de políticas específicas para públicos com características muito peculiares, como é o caso dos indígenas.”

Para isso, afirma Tereza, é necessária a colaboração dos governos - municipais, estaduais e federal - e das entidades da sociedade civil. “Só tem uma forma de a gente continuar avançando no Brasil: com políticas públicas, transparência, participação e com controle social. Os nossos conselhos de segurança alimentar e nutricional [Consea federal, dos estados e dos municípios] têm de continuar ativos e participantes para que a gente avance cada vez mais, não apenas superando a desigualdade, mas melhorando a qualidade da alimentação da população.”

Desafios - Uma das prioridades do governo federal é a qualidade da alimentação, por meio da promoção do acesso a alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local. O combate ao sobrepeso e à obesidade (decorrentes da má alimentação) também está na agenda para os próximos anos.

Superada a fome, o país atua para reduzir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, alcançar a recomendação da Organização Mundial de Saúde no consumo de frutas e hortaliças e dar prioridade ao consumo de preparações feitas com alimentos in natura e minimamente processados, como o tradicional arroz com feijão.

Dados do Ministério da Saúde relacionados a indicadores alimentares nas capitais brasileiras (Vigitel 2014) apontam que 52,5% da população adulta encontra-se com excesso de peso e 17,9% com obesidade.

Outra pesquisa mais recente, do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), mostra que quase um terço das crianças com menos de dois anos de idade já bebe refrigerante ou sucos artificiais, cheios de açúcar. E mais de 60% das crianças comem bolachas e bolos. “O problema da segurança alimentar deixou de ser a desnutrição crônica e passa a ser enfrentar a obesidade e os problemas de saúde decorrentes dela. Em crianças e em adultos”, afirma a ministra Tereza Campello.

Mesmo com o aumento da produção de alimentos, como arroz, feijão, fruta, verduras e legumes, graças ao fortalecimento da agricultura familiar, o Brasil ainda precisa de políticas e ações que garantam o abastecimento e a disponibilidade, além de ajudarem na conscientização da população.

“Para que a gente possa proteger as famílias, precisamos ampliar a oferta de alimentos, mas também construir políticas que conscientizem a população. Precisamos de campanhas de informação para que o cidadão saiba que produtos ultraprocessados fazem mal, que aumentam o risco de problemas cardíacos, de entupimento das veias, de problemas circulatórios e até de câncer.”

Durante a Conferência, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai propor um amplo pacto que envolva governos, escolas, sistema de saúde, setor privado e setores ligados à comunicação. “Assim vamos conscientizar a população e melhorar a oferta de alimentos, protegendo principalmente as crianças. Esse pacto caminhará junto com a manutenção de ações de uma agenda construída ao longo dos últimos anos.”

Serviço

Abertura oficial da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
Quando: terça-feira (3), às 17h  
Onde: Centro de Convenções Ulysses Guimarães - SDC Eixo Monumental, Ala Sul - Brasília (DF)

---

**Governo e sociedade civil debatem formas para fortalecer agricultura familiar e garantir soberania alimentar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/11/2015**

Na noite desta quarta-feira (4), a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional abrirá espaço para entidades da sociedade civil, órgãos governamentais, organismos internacionais e outros interessados debaterem formas de garantir o acesso à alimentação saudável e de qualidade pela população.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participará das discussões e apresentará projetos de sucesso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em um primeiro momento, será mostrado como o PAA tem fortalecido e impulsionado a produção agroecológica e como a agricultura familiar foi inserida na política de alimentação escolar, usando como exemplo a ação no município paranaense de Apucarana.

O PAA é uma das ferramentas de compras públicas executadas pelo governo federal. O programa tem como finalidade essencial o apoio aos agricultores familiares e suas organizações, por meio da aquisição de alimentos, até o limite de R\$ 8 mil ao ano por organização de agricultores familiares. Os alimentos adquiridos são destinados ao abastecimento da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias.

Além do PAA, serão apresentadas as ações de apoio aos extrativistas, operadas pela Conab por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). A política oferece subvenção direta, pagando ao extrativista um bônus quando ele comercializa seu produto por valor inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. Este instrumento permite a sustentabilidade social, ambiental e econômica de comunidades que garantem a preservação das matas nativas de suas regiões. Atualmente, o governo oferece subvenção a 15 produtos do extrativismo: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha natural, cacau, carnaúba, castanha do Brasil, juçara, macaúba, mangaba, pequi, piaçava, pinhão e umbu.

Parceria Conab/BNDES - A 5ª Conferência também será uma oportunidade para os participantes acompanharem o andamento das ações de apoio à agricultura familiar, executadas pela Conab em parceria com o BNDES. Por meio de investimentos voltados à estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização, a Conab e o BNDES contribuem para o fortalecimento de cooperativas e associações de produtores rurais de base familiar. Têm prioridade os sistemas orgânicos ou de base agroecológica, mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

---

### **Cesta básica apresenta elevação em Brasília – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 04/11/2015**

Em outubro, o custo da Cesta Básica no Distrito Federal, segundo Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –, apresentou alta de 2,10%. A Cesta passou a custar R\$ 345,38, o que representou R\$ 7,10 a mais no gasto para adquirir os treze produtos alimentares.

Verificou-se que, dos treze produtos pesquisados, sete apresentaram elevação, sendo as maiores saltas averiguadas nos preços do leite, tomate, óleo e carne. No sentido oposto,

agiram os preços da batata, farinha, açúcar e banana que foram os produtos que tiveram as maiores reduções em outubro.

Outros destaques do mês:

- No total, sete produtos apresentaram elevações de preços em relação a setembro de 2015 (ver Tabela 1);
  - A Cesta Básica representou 47,64% do salário-mínimo líquido (descontada a contribuição ao INSS);
  - A variação em 12 (doze) meses apresentou aumento de 13,88%, sendo que as maiores elevações ocorreram em relação aos seguintes produtos: batata, leite, carne e manteiga. (Tabela 3);
  - No que diz respeito à análise no ano, ou seja, de janeiro a outubro de 2015, a variação da Cesta Básica de Alimentos do Distrito Federal foi de 4,77%;
  - Entre as 18 capitais pesquisadas, Brasília ocupou o sétimo (7º) lugar frente às demais em termos de custo total da cesta básica (R\$ 345,38);
  - O Salário-Mínimo Nacional necessário para atender ao preceito constitucional foi de R\$ 3.210,28, ou seja, 4,07 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 788,00.
- 

**O Brasil é terceiro maior produtor de frutas do mundo, mas menos de 25% da população ingere a quantidade diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 06/11/2015**

Brasília (06/11/2015) – Nascido 460 anos antes de Cristo, Hipócrates, considerado o Pai da Medicina, já pregava: “Que a comida seja o teu alimento e o alimento o teu remédio”. Dois milênios e meio depois, em pleno século 21, o princípio do filósofo grego é o mais correto dos pensamentos. Boa alimentação aliada a hábitos saudáveis, como a prática de atividade física, são fatores essenciais na promoção da saúde e prevenção de doenças.

No hall de alimentos saudáveis estão as frutas, verduras e hortaliças. Mas apesar da comprovação de sua ação benéfica à saúde humana, elas são pouco ingeridas pela população brasileira, segundo aponta dois estudos realizados em 2014, um da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), outro da Universidade de São Paulo (USP). Apenas 50 milhões de pessoas, ou seja, 25% da população ingere a quantidade diária recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), 400 gramas diárias, em cinco ou mais dias da semana.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Fruticultura da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Tom Prado, há uma soma de fatores para a pouca ingestão de frutas no país, tais como: hábito, falta de informação, concorrência com os outros tipos de alimentos em razão de praticidade, como os industrializados, e os altos custos de logística e transporte. “Também há muitos mitos e ruídos sobre a segurança do alimento in natura, junto aos consumidores brasileiros. A conjunção



desses fatos faz que o consumo seja pequeno, infelizmente”, observa. Para Prado, antes de qualquer ação, é preciso restabelecer a confiança do consumidor, em seguida, ações de marketing para ampliar o consumo, conforme recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O presidente da Comissão lembra que hoje o apelo em torno das frutas, verduras e hortaliças ainda é a questão de saúde pública, pois a recomendação médica é comer mais para o bem estar físico. No entanto, Prado acredita que a informação para incentivar o consumo no Brasil deve focar mais em ofertar frutas com maior conveniência, melhor sabor, melhor aparência, maior frescor e preços competitivos, mesmo tendo frutas e verduras de todos os preços e para todos os tipos de mercado. “São alguns dos aspectos possíveis para atuarmos no crescimento do consumo das frutas, pois todos os dias as pessoas se alimentam até se satisfazer”, frisa.

Outro ponto que prejudica o consumo das frutas é a questão de logística no Brasil. Tom Prado explica que nosso país é bem servido de rodovias, mas algumas com problemas de manutenção e altos custos. “A crise econômica diminui o consumo geral de tudo o que afeta diretamente no aumento dos custos de distribuição”, comenta.

Alimentação saudável  
Frutas e hortaliças fornecem vitaminas e minerais, têm antioxidantes e alto teor de fibras, que auxiliam no trato intestinal e aumentam a sensação de saciedade. São hipocalóricas, ou seja, são alimentos de baixas calorias, e também ajudam a hidratar o corpo (com exceção dos tubérculos e raízes, todas as hortaliças são majoritariamente compostas de água).

---

### **Índice de preços de alimentos da FAO voltou a subir em outubro. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 06/11/2015**

O índice de preços globais de alimentos da FAO, a agência da ONU para agricultura e alimentação, voltou a subir em outubro, pelo segundo mês seguido, puxado por valorizações em quatro dos cinco grupos de produtos pesquisados. Mesmo assim, os 162 pontos registrados, 6,1 a mais que em setembro, ainda representam uma queda de quase 16% em relação a outubro de 2014. Adversidades climáticas relacionadas ao El Niño influenciaram as altas de óleos vegetais e açúcar.

---

### **RONDÔNIA: preços do PAA serão unificados – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 09/11/2015**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional de Rondônia, celebrou acordo de cooperação técnica com a Secretaria Estadual da Agricultura (SEAGRI) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO). A parceria permitirá a unificação dos preços praticados pelo PAA operacionalizado pela Conab e pelo governo do estado.

O acordo tem como objetivo a união de esforços para a realização das pesquisas de preços dos alimentos contemplados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea. Nesta modalidade os alimentos são

adquiridos diretamente dos agricultores familiares por meio de associações ou cooperativas e entregues diretamente pelos fornecedores à rede socioassistencial, rede pública e filantrópica de ensino e saúde, equipamentos de alimentação e nutrição e de segurança pública.

A cerimônia de assinatura do acordo ocorreu na última quarta-feira (4), durante reunião ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável, com a presença de várias autoridades da área agrícola do estado.

---

### **Combate à fome entre países de língua portuguesa é tema de debate – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/11/2015**

*Ministra Tereza Campello participou, nesta segunda-feira (9), do Seminário Fome e Desigualdades nos Países Lusófonos, em Brasília*

Brasília – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, destacou, nesta segunda-feira (9), a importância da redução da desigualdade e da fome entre os países de língua portuguesa. “Precisamos trabalhar em conjunto, pois muitos dos problemas e soluções são comuns entre esses países”, afirmou. Ela participou do Seminário Fome e Desigualdades nos Países Lusófonos, em Brasília.

Tereza Campello destacou que a prioridade do governo em combater à fome fez com que o Brasil se tornasse referência mundial no tema. “A fome sempre foi uma questão de segurança alimentar e nutricional. Além de ofertar comida para quem precisa, temos que dar oportunidade para os pequenos agricultores que podem produzir alimentos.”

A ministra falou também sobre o sucesso da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que discutiu o tema Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. “Foi um momento de discussão entre governo e sociedade civil. Um momento de construção de políticas públicas muito fortes.”

O seminário reúne, até quarta-feira (11), representantes das Cáritas Lusófonas de oito países de língua portuguesa. O objetivo é ampliar a participação da sociedade civil, em parceria com os países, na consolidação de das ações de gestão pública previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

FAO – A importância do exemplo brasileiro para que o mundo consiga superar a fome foi destaque no relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015. Divulgado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na última quinta-feira (5), o documento ressalta as iniciativas de sucesso desenvolvidas pelo governo e aponta os desafios para os próximos anos.

“O protagonismo brasileiro no âmbito internacional é promissor para a promoção da segurança alimentar e nutricional no mundo à luz do seu reconhecimento mundial como exemplo bem-sucedido no combate à fome, sua participação expressiva na economia mundial, e o nível de amadurecimento da sua análise sobre as ações necessárias para alcançar a garantia, para todos, do direito humano à alimentação adequada e saudável”, aponta o relatório.

---

## **Governo federal compra sementes de milho e feijão da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/11/2015**

*No total, serão compradas mais de 680 toneladas pela Superintendência Regional da Conab na Bahia*

Brasília – Organizações de agricultores familiares têm até sexta-feira (13) para apresentar propostas de venda de sementes de milho e feijão, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O edital foi divulgado pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na Bahia.

Serão adquiridas 350 toneladas de sementes de feijão e 333 toneladas de milho, a um valor máximo de R\$ 4,7 milhões. Elas deverão ser entregues até o dia 4 de dezembro e serão distribuídas, prioritariamente, para famílias de agricultores inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mulheres, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e beneficiários da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

A compra pública de sementes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das políticas estruturantes para a inclusão produtiva de agricultores familiares. De 2011 a outubro de 2015, o governo federal já investiu R\$ 39,9 milhões na aquisição das sementes. Cada agricultor que participa da organização pode vender até R\$ 16 mil por ano em sementes por meio do PAA.

---

## **Protagonistas na produção de alimentos. Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 13/11/2015**

Pelo menos 40% da produção adicional de alimentos projetada para 2050 no mundo deverão sair do Brasil, diz Segundo Urquiaga, da Embrapa Agrobiologia. Até lá, o desafio será alimentar mais 2 bilhões de bocas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o que exigirá aumento de 60% na produção de alimentos.

Para isso, pesquisadores apressam-se em desenvolver soluções envolvendo novas tecnologias de plantio e colheita, melhores técnicas de manejo do solo, dos recursos hídricos e de insumos, redução de desperdícios e tecnologias destinadas ao melhor aproveitamento de resíduos da fabricação de alimentos.

Um dos caminhos da pesquisa envolve a seleção de novas estirpes de bactérias para tornar mais eficientes na captura do nitrogênio da atmosfera plantas como o feijão calpi e o milho, pastagens e leguminosas arbóreas, destinadas ao reflorestamento de áreas desmatadas para atender às determinações do novo Código Florestal. A tecnologia, diz Urquiaga, poderá conter o empobrecimento do solo, evitar emissões de gases do efeito estufa e reduzir a aplicação de adubação nitrogenada no campo, poupando importações e dólares para o país.

Graças ao programa de melhoramento da soja, a oleaginosa consegue hoje gerar 85% do nitrogênio de que necessita, diante de apenas 10% nos casos do milho e do feijão. "Se a

soja não tivesse essa capacidade (assegurada pela inoculação de bactérias rhizobium desenvolvidas a partir de estudos da pesquisadora), seria preciso aplicar o dobro do volume atualmente utilizado de fertilizantes para produzir proteína no grão." Segundo ele, a técnica permite que o país reduza a necessidade de importação de ureia, poupando quase US\$ 5,8 bilhões por ano.

Em parceria com a Novozymes, a Syngenta apresentou ao mercado uma nova solução biológica para tratamento industrial de sementes de soja, afirma André Negreiros, gerente de marketing para tratamento de sementes da multinacional suíça. O inoculante concentra novas cepas de bactérias que "conferem à planta melhor nodulação e, conseqüentemente, maior fixação do nitrogênio, possibilitando um aumento de até 70% na absorção do nutriente".

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentos (Nepa) da Unicamp, coordenado pelo professor Marcelo Cristianini, trabalha no desenvolvimento de três tecnologias para processamento de alimentos que permitem preservar suas qualidades nutricionais e de sabor, prolongando sua vida de prateleira. "As tecnologias convencionais sacrificam, de alguma forma, as características do produto fresco e nosso trabalho pretende tornar os processados o mais próximo possível do alimento in natura."

A tecnologia de alta pressão isostática, disponível comercialmente, submete os alimentos a pressões de seis mil a sete mil atmosferas, o que elimina a carga de microrganismos deteriorantes e de patógenos, sem afetar a qualidade nutritiva, dispensando o uso de aditivos em carnes, sucos, pratos prontos, água de coco, queijo fresco e mesmo sucos detox, entre outros produtos.

O aquecimento ôhmico utiliza corrente elétrica para aquecer os alimentos "volumetricamente." Como o tempo de aquecimento é rápido, a perda de nutrientes é reduzida, assim como são preservadas a cor e o sabor de polpas de frutas, alimentos semissólidos, caldas de frutas, sucos e leite. A terceira pesquisa inclui a aplicação de campos de pulso elétrico muito intensos e de curta duração que produzem o rompimento da membrana celular de microrganismos, "sem danos sensoriais ou nutricionais aos alimentos."

Há uma década e meia, a Embrapa Instrumentação tem trabalhado no desenvolvimento de plásticos biodegradáveis a partir de fibras vegetais e amidos, para a produção de embalagens, peças para o setor automobilístico, entre outras aplicações. Há quase uma década, diz o pesquisador Luiz Henrique Caparelli Mattoso, coordenador da pesquisa sobre filmes comestíveis da unidade, o escopo da pesquisa foi ampliado com a inclusão no projeto, como parceiros, do Serviço de Pesquisa em Agricultura do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), sediado na Califórnia, e da Embrapa Agroindústria Tropical e da unidade de Unesp de Ilha Solteira, incluindo o desenvolvimento de películas comestíveis para prolongar o tempo de prateleira de frutas.

A aposta maior do projeto, que consumiu em torno de R\$ 200 mil, está na possibilidade de utilizar as perdas pós-colheita de alimentos para fazer embalagens biodegradáveis, "mas que também tenham conteúdo nutritivo e energético", desenhando o que Mattoso define como "embalagens que alimentam." Durante o processo, bagaço de cana, fibra de

coco, casca de soja e outros resíduos são aproveitados como fonte de nanoestruturas, como a nanocelulose, e de biopolímeros aplicados na formulação de novos materiais, melhorando o desempenho do plástico como embalagem.

---

**“Com a produção de hortaliças, até a nossa expectativa de vida mudou” – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/11/2015**

*Plantio comunitário na comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca, em Mato Grosso, está concorrendo ao Prêmio Caixa Melhores Práticas*

Brasília – O plantio comunitário de hortaliças mudou a vida das famílias na comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento (MT). Laura Ferreira da Silva, 38 anos, coordena a produção e é presidenta da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (Acorquirim). Ela conta que antes a comunidade não tinha infraestrutura e eles sobreviviam somente da plantação de banana, milho e cana. “Com a produção de hortaliças, até a nossa expectativa de vida mudou. Hoje nós conseguimos ter uma renda melhor e nossa alimentação é mais saudável.”

O projeto desenvolvido na comunidade está concorrendo ao Prêmio Caixa Melhores Práticas, que reconhece e valoriza experiências bem-sucedidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, e disseminá-las por todo o país. “Queremos mostrar para o Brasil e o mundo que é possível produzir uma alimentação saudável”, afirma Laura.

São 120 famílias que vivem na comunidade e metade delas são beneficiárias do Bolsa Família. Além da banana, milho e cana, eles produzem alface, rúcula, coentro, salsa, cebolinha e couve. “Todas as famílias trabalham na produção. Nós conseguimos produzir muito. E, em pouco tempo, o retorno financeiro é bem maior”, explica a quilombola.

As hortaliças são vendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e distribuídas para escolas e entidades de assistência social da região. Segundo Laura, a comunidade consegue entregar uma média de 12 quilos de alimentos por semana. “Tenho uma renda de mais ou menos R\$ 600 por mês com a venda para o PAA e para as pessoas que moram na região que nos procuram por saber que são alimentos frescos e livres de agrotóxicos.”

A comunidade entrega o alimento direto nas escolas e esse contato com as merendeiras e professoras mostra que a alimentação saudável mudou os hábitos das crianças. “Elas não comiam frutas e verduras. Com a criatividade das merendeiras, as crianças passaram a gostar desses alimentos saudáveis.”

Os quilombolas aprenderam que comer verduras e hortaliças não é coisa de mandaróvã. “Era nossa cultura. Para nós, só as lagartas podiam comer isso. Agora nós vimos que os humanos também podem comer”, explica Laura. Para ela, comida de verdade é aquela sem agrotóxico, que traz benefícios e alimenta uma nação.

Pacto – Durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que institui o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável. O documento prevê a promoção do consumo de alimentos

saudáveis e adequados e a ampliação das condições de oferta e disponibilidade desses alimentos para combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira. A medida incentiva a produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e da agricultura familiar, para assegurar a oferta regional e local.

---

### **Assentados fornecem 45% dos alimentos em escolas, hospitais e asilos de Petrolina (PE) em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2015**

Metade dos alimentos que chegam aos estudantes de escolas públicas e creches, assim como aos pacientes de hospitais e asilos de Petrolina (PE) em 2015 são provenientes do trabalho de famílias assentadas na região do Médio São Francisco. Os dados sobre a importância dos assentados da reforma agrária para o abastecimento alimentar em cidades-pólo regionais como Petrolina são provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Do total de R\$ 2,156 milhões movimentados pelo programa em Petrolina no ano de 2015, os assentamentos da reforma agrária responderam por R\$ 988 mil, ou seja, 45% do total.

O programa adquiriu alimentos produzidos por 152 famílias de trabalhadores rurais assentados. A inclusão no PAA se deu por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) oferecida pelo Incra Médio São Francisco e empresas contratadas, o caso a Diamantina.

Estão envolvidos os assentamentos Mandacaru, Nossa Senhora de Fátima, Lindolpho Silva e Esperança. Juntos eles fornecem ao PAA todas as quartas-feiras uma tonelada de doces e geleias; 300 kg de hortaliças, 100 kg de paçocas, proporcionando uma renda fixa de R\$ 541 mensais a cada família.

Para o agricultor Mário Luiz Nonato, do Nossa Senhora de Fátima, o PAA é um programa de importância ímpar por fortalecer o pequeno produtor por meio da garantia de uma renda extra: “O programa de aquisição permite ao pequeno agricultor uma renda a mais por ser um canal alternativo de comercialização, caso ele seja selecionado para participar, sendo selecionado para fazer parte do grupo, durante um ano temos aquele recurso mensal assegurado” explica.

#### **Entenda o PAA**

Criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal de combate a fome e fortalecimento da agricultura familiar. Para isso, utiliza ferramentas de comercialização que favoreça a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor a produção.

A estimativa do governo federal é destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para produtores da agricultura familiar, representando um recurso de R\$ 1,3 bilhão.

Quem compra - As compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Quem vende - Agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As cooperativas e outras organizações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite por unidade familiar.

Execução - Até o momento, aproximadamente 60 organizações da agricultura familiar já venderam R\$ 97,4 milhões em produtos na modalidade. Pela modalidade, cada família pode vender R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os principais produtos comercializados são itens de hortifruti, grãos, laticínios e orgânicos.

---

### **Estudos da ONU destacam compras públicas de alimentos no Brasil – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/11/2015**

*Publicações mostram que programas como o PAA e o Pnae foram fundamentais para a superação da pobreza e da fome no Brasil*

Brasília – O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos desenvolveu três estudos sobre as compras públicas de alimentos da agricultura no Brasil e seus impactos na segurança alimentar e nutricional da população. O diretor do organismo, Daniel Balaban, afirma que o Brasil se destaca por suas iniciativas de sucesso na superação da pobreza e da fome, que servem de inspiração para outros países em desenvolvimento. E o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tiveram papel fundamental nessa transformação.

A publicação Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico detalha o histórico das compras institucionais de alimentos no Brasil. O objetivo é mostrar a evolução das políticas públicas ao longo da história e a experiência brasileira de compras institucionais de alimentos, com foco no PAA e no Pnae.

Já o estudo Modalidades de Compras Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar no Brasil apresenta as principais características de execução dos dois programas, bem como as estruturas legais e institucionais, os aspectos normativos e operacionais e a cadeia de responsabilidades dentro dos órgãos públicos e demais organizações envolvidas na execução das diferentes modalidades de cada um dos programas.

E a terceira pesquisa, Escala de Compras Públicas de Alimentos no Brasil, analisa o processo de compras institucionais no país e apresenta uma estimativa da escala total de compras de produtos agrícolas por parte dos governos federal, estadual e municipal.

---

## **Mais alimentos quilombolas para o SUS gaúcho – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2015**

Foi publicado nesta quarta-feira (25), o segundo edital do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) para a compra de alimentos de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. A ação, anunciada pela presidenta Dilma Rousseff no último dia 19, vai beneficiar mais de 60 comunidades gaúchas na aquisição de 146 toneladas de alimentos.

De acordo com o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, a iniciativa dá visibilidade à produção quilombola do País. “As comunidades quilombolas também fazem parte do processo de produção de alimentos diversificados e saudáveis, tanto em suas organizações como nos núcleos familiares”, afirmou.

Para ele, a inclusão produtiva desses grupos também é o resultado do trabalho da assistência técnica. “O ministério realizou uma série de oficinas para a capacitação de lideranças para acessarem os programas de compras públicas como o de Aquisição de Alimentos (PAA), que está com esta chamada aberta, e o de Alimentação Escolar (Pnae)”, completou.

### **Ação pioneira**

O GHC foi a primeira instituição pública a comprar alimentos produzidos em comunidades quilombolas, com a identificação de origem do Selo Quilombos do Brasil. “Fornecemos 270 mil refeições por mês no Grupo Hospitalar Conceição. E, no intuito de buscar uma alimentação saudável, contribuir para a cadeia produtiva dos alimentos orgânicos e na inclusão produtiva das comunidades quilombolas, conseguimos fazer esses editais”, ressaltou a diretora-superintendente do grupo, Sandra Fagundes.

Na primeira chamada, foram adquiridas quatro toneladas de alimentos produzidos em cinco comunidades. Desta vez, a expectativa é que sejam compradas 146 toneladas de alimentos – um investimento superior a R\$ 500 mil.

“O GHC já vem trabalhando na questão de combate ao racismo e na afirmação de direitos. Agora, felizmente, nós conseguimos trabalhar também nessa direção da cadeia produtiva, que faz bastante diferença na geração de renda dessas populações”, comentou a diretora.

A ampliação do projeto contou com diversos parceiros, entre eles, o MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Incra, a Fundação Palmares, a Federação Quilombola do Rio Grande do Sul e a Empresa de Assistência Técnica (Emater) do estado.

### **Saiba mais**

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é formado por três hospitais do Rio Grande do Sul, além de uma Unidade de Pronto-Atendimento (Upa), 12 postos de saúde, três Centros de Atenção Psicossocial (Caps), um Consultório de Rua e o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC.



O edital também dialoga com o programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tem um dos eixos voltados à inclusão produtiva das comunidades.

Em todo Rio Grande do Sul, existem 105 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Cada uma delas abriga, em média, 40 famílias.

---

### **Distrito Federal incentiva a alimentação saudável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/11/2015**

*Decreto instituído pelo governo proíbe o comércio de refrigerantes, salgadinhos, biscoitos e frituras dentro das escolas*

Brasília – No Distrito Federal, as cantinas escolares de escolas públicas e privadas não podem mais vender doces, refrigerantes, frituras e produtos industrializados. O decreto foi publicado pelo governo distrital na última terça-feira (24) e reflete o compromisso assumido ao ser a primeira unidade da Federação a assinar o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável, lançado pela presidenta Dilma Rousseff no começo deste mês.

As instituições de ensino têm 90 dias para se adequar às novas regras. O secretário distrital de Trabalho, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Joe Valle, explica que o objetivo é defender a saúde das crianças. “A boa saúde implica numa boa alimentação, pois é na escola que as crianças passam a maior parte do tempo. Elas aprendem, na sala de aula, sobre boa alimentação, mas no intervalo entre as aulas encontram alimentos gordurosos, bebidas açucaradas e frituras.”

A partir do próximo ano, as cantinas no DF só poderão comercializar legumes, sucos naturais, iogurte, bebidas lácteas, sanduíches naturais sem maionese, pães e biscoitos integrais, tortas ou salgados assados e barras de cereais sem chocolate. Elas também deverão oferecer, diariamente, pelo menos uma variedade de fruta da estação in natura, inteira ou em pedaços.

Valle destaca que o padrão de alimentação pouco saudável tem causado uma verdadeira epidemia de obesidade nas crianças, gerando sérios problemas de saúde. “Com a questão do Pacto Nacional, a regulamentação da lei assume um papel extremamente importante para o governo, e nós estamos fazendo essa construção para conseguir diminuir definitivamente os índices”. Segundo Valle, 20% dos alunos da rede pública de ensino estão com sobrepeso ou obesidade.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos, afirma que o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável prevê a formação de hábitos alimentares saudáveis tanto no ambiente escolar, como no sistema de saúde e nos equipamentos públicos de alimentação. “Esta ação demonstra, na prática, a preocupação do governo do Distrito Federal com o tema, servindo como exemplo para os demais estados e municípios. É comprovado que as crianças que não têm uma alimentação adequada e de qualidade têm mais chances de desenvolver diabetes, problemas cardiovasculares e obesidade até mesmo na infância.”

De acordo com o secretário, outros governos estaduais e prefeituras já solicitaram adesão ao Pacto. Segundo ele, a meta é que em 2016 todo o Brasil esteja envolvido nessa agenda, principalmente as grandes cidades onde o problema da má alimentação é mais grave.

---

**Assessor da CNA é professor em Curso sobre Agricultura Sustentável como fator de segurança alimentar – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/11/2015**

Brasília (27/11/15) – Como a agricultura pode ajudar a combater a fome e contribuir para o acesso dos alimentos de forma sustentável? Essa é a preocupação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), como representante dos produtores rurais do país. Para falar sobre o assunto, o assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Gustavo Goretti, foi convidado para ministrar curso sobre Agricultura Sustentável como vetor para Segurança Alimentar, durante o Encontro Intercontinental sobre a Natureza (O2), em Fortaleza (CE). O evento, que ocorreu entre os dias 21 e 25 de novembro, foi realizado pelo Instituto Hidroambiental Águas do Brasil (IHAB), organização não governamental voltada para questões ambientais.

De acordo com o assessor técnico da CNA, durante o curso foram debatidos assuntos como agricultura sustentável, orgânica, Projetos Biomas, tecnologias como ajuda para um bom viés econômico, social e ambiental; além de Plantio Direto e Programa ABC.

O Projeto Encontro Intercontinental Sobre a Natureza (O2) nasceu da união de ideias dos integrantes do Movimento Amigo das Águas. A primeira edição do O2 ocorreu em 2003, na cidade de Fortaleza (CE). O evento tem como objetivo geral discutir sobre as questões do desenvolvimento sustentável em nível intercontinental, contribuindo para a proteção dos seres vivos., a partir das ações daqueles que tem compromisso social e ambiental.

O formato do O2, com uma visão sistêmica das ações socioambientais, inclui, em seus diversos temas: Feira de Tecnologia e Produção Limpa – PROECO, Rodada de Negócios Sustentáveis, Cursos, Conferencia, Mesa Redonda, Apresentação de Casos Exitosos, Oficinas de Educação Ambiental, Tribuna Livre da Natureza, Fórum de Líderes Intercontinentais, Eco Arte Cultura, Livraria Ecológica, Ecoturismo e Esporte Natureza.

---

**“Não teríamos saído do Mapa da Fome sem o trabalho da assistência social” – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/11/2015**

*Secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos destaca que a rede de proteção social garantiu direitos aos brasileiros*

Brasília – A ampliação da rede de proteção social nos últimos 10 anos, a partir da implantação do Sistema Único da Assistência (Suas), garantiu que a população tivesse acesso a serviços e benefícios socioassistenciais. E também assegurou a segurança alimentar e nutricional. “A chegada da assistência social às famílias mais pobres

permitiu que milhões de brasileiros acessassem direitos, inclusive o direito à alimentação”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos.

Segundo o secretário, a atuação dos profissionais de assistência social foi fundamental para que o Brasil conseguisse sair, no ano passado, do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). “Não teríamos saído sem o trabalho da assistência social. Em diversas situações, uma família não é vulnerável apenas do ponto de vista social e econômico, mas também do ponto de vista da segurança alimentar.”

“As pessoas também estão vulneráveis ao sistema agroalimentar. Os mais pobres ainda têm mais dificuldade porque o alimento saudável, muitas vezes, é mais caro, não está acessível. E a informação para o cidadão sobre os danos de determinados tipos de alimentos não está clara”, explica Arnaldo de Campos, ao apontar a importância dos trabalhadores do Suas no combate à obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação. “Eles levam informação para as famílias, promovem o acesso a políticas públicas. Temos ainda diversas estratégias de educação alimentar que, inclusive, ocorrem dentro dos serviços da assistência social. Esse diálogo entre as duas áreas é fundamental nesse novo desafio.”

---

### **Comunidades quilombolas gaúchas vão fornecer 146 toneladas de alimentos a grupo hospitalar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/11/2015**

Cerca de 60 comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul são beneficiadas em chamada pública realizada pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e lançada no dia 25 de novembro. O projeto estabelece a compra de produtos da agricultura familiar, a fim de alimentar usuários do SUS atendidos nos hospitais do Grupo, em Porto Alegre.

Esta segunda chamada para compra de produtos prevê financiamento para a produção de 146 toneladas de alimentos, superando o valor de meio milhão de reais. Para a diretora-superintendente do GHC, Sandra Fagundes, este é um investimento importante. “Significa, ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância da segurança alimentar para a produção de saúde e a reafirmação do nosso compromisso com uma política pública de reparação e afirmação de direitos históricos”, pontua.

O GHC já realizou oito chamadas públicas e a primeira, voltada à produção de quilombolas, aconteceu em maio deste ano. Com envolvimento de cinco comunidades, contou com a produção de quatro toneladas de alimentos.

A iniciativa é possível devido ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, a fim de combater a fome e a pobreza no país, assim como fortalecer a agricultura familiar. O programa conta com mecanismos de comercialização que facilitem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações.

A fim de ampliar o alcance da ação nesta nova fase, aconteceu parceria Institucional entre o GHC, Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assim como Fundação Cultural Palmares, Federação Quilombola do Rio Grande do Sul e a Emater/RS. (Material atualizado às 15h, de 01.12.2015).

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: [www.ufrj.br/cpda/oppa](http://www.ufrj.br/cpda/oppa)